



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

210

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 331189-5 (2ª Vara Cível Recife)

Agravante: ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

Agravado: José Domingues da Silva Filho e Outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. DECISÃO DO 1º GRAU QUE ACOLHE PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO HOME CARE POR OPÇÃO DO SEGURADO MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. É certa a garantia contratual dada ao segurado no sentido de conceder a prerrogativa de escolha livre do médico e hospital onde deseja realizar seu tratamento, obedecendo-se, contudo, às limitações estabelecidas no pacto. Ficou demonstrado que os serviços de “home care” prestados pela empresa substituída não vinham sendo oferecidos de maneira eficiente, tanto que ensejou denúncia perante o CREMEPE. Por fim, consta a recorrente na rede de credenciados da empresa que substitui a segunda demandada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

211

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 331189-5 (2ª Vara Cível Recife)

Agravante: ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

Agravado: José Domingues da Silva Filho e Outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Agravo Interno recebido como Recurso de Agravo.

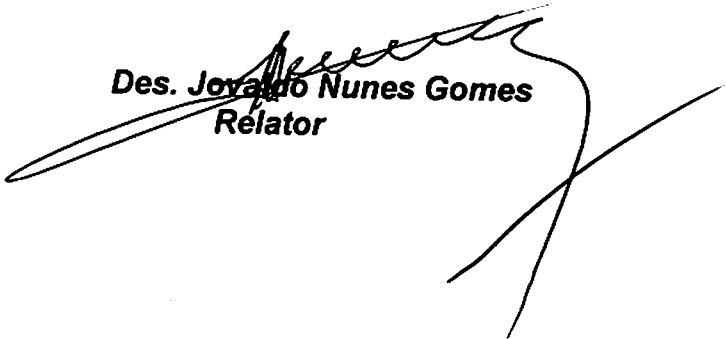
Decisão agravada às fls. 170/172.

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pela ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda, contra decisão terminativa desta relatoria que, nos autos do Agravo de Instrumento nº 331189-5, negou seguimento ao recurso interposto pela ora recorrente, mantendo decisão de 1º grau que antecipou os efeitos da tutela e determinou a substituição da empresa prestadora do serviço de “home care”.

Alegou a recorrente que a referida decisão deve ser reformada. Para tanto, repetiu os fundamentos já declinados nas razões do instrumental

É o relatório.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



212.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 331189-5 (2ª Vara Cível Recife)

Agravante: ASSEFAZ - Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda

Agravado: José Domingues da Silva Filho e Outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não convencido de mudança no meu entendimento anteriormente esposado, submeto à apreciação desta Corte a insurgência recursal.

A decisão agravada, na parte que interessa, está vazada nos seguintes termos (fls. 170/172):

“É inconteste o fato de que o autor/agravado está adimplente com seu plano de saúde, bem como que existem laudos médicos que comprovam a sua necessidade de receber tratamento domiciliar (home care) por ser o mesmo portador de DPOC, hipotireoidismo, insuficiência renal crônica, paraplegia secundária e trauma requimedular. (...). O recurso não reúne condições de êxito. Com efeito, é certa a garantia contratual dada ao segurado no sentido de conceder a prerrogativa de livre escolha do laboratório, hospital ou até mesmo médico que desejar realizar seu tratamento, obedecendo-se, contudo, as limitações estabelecidas no pacto. Este também é o entendimento dos Tribunais Pátrios. Vejamos: “PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - PLANO DE SAÚDE - TRATAMENTO DE CÂNCER - NECESSIDADE DE TRATAMENTO POR RADIOTERAPIA CONFORMACIONAL TRIDIMENSIONAL - PREVISÃO CONTRATUAL - RECUSA INJUSTIFICÁVEL - INADIMPLENTO CONTRATUAL - CLÁUSULA ABUSIVA - APLICAÇÃO DO CDC - PRIMAZIA DO DIREITO A VIDA E A SAÚDE DO ASSEGURADO - REFERÊNCIA DO ARTIGO 1º, II, DA LEI 9.656/98 - MANUTENÇÃO DA DECISÃO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. 1. Aos planos privados de Assistência à Saúde, cabem a prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada. (...). 5. A necessidade de proteger-se a saúde e a vida do cidadão, como exigência que emerge dos princípios fundamentais que repousa o próprio Direito Natural, sobrepõe a qualquer outro interesse, ainda que se ache este tutelado pela lei ou pelo contrato. Precedentes Jurisprudenciais.” (TJPE. Processo: APL 439791520108170001 PE 0043979-15.2010.8.17.0001. Relator(a): Agenor Ferreira de Lima Filho. Julgamento: 04/04/2012. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível).



213

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL. PLANO DE SAÚDE. MÉDICO NÃO CREDENCIADO. LIMITAÇÃO PREVISTA EM CONTRATO. REEMBOLSO DAS DESPESAS DE ACORDO COM A TABELA CONTRATUAL. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO. 1. É certa a garantia contratual dada ao segurado no sentido de conceder a prerrogativa de escolha livre do médico e hospital que deseja realizar seu tratamento, obedecendo-se, contudo, as limitações estabelecidas no pacto. Precedentes. 2. Optando por efetuar o procedimento cirúrgico com seu médico de confiança, o paciente deve arcar com o ônus dessa escolha, cingindo-se a restituição dos honorários ao disposto na tabela do contrato. 3. Agravo improvido. Decisão unânime. (TJPE. Processo: AGR 277073601 PE 0015372-24.2012.8.17.0000. Órgão Julgador: 4ª Câmara Cível. Relator: Des. Jones Figueirêdo. Julgamento: 28/08/2012). "Agravo Interno. Artigo 557, § 1º, do CPC. **Convênio médico. Home care. É abusiva a cláusula excludente e, havendo indicação médica, a escolha da empresa, dentre as conveniadas, é do conveniado paciente.** (...). Agravo interno improvido." (TJ-SP - AGR: 1078041320128260000 SP 0107804-13.2012.8.26.0000, Relator: Maia da Cunha, Data de Julgamento: 19/07/2012, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2012). No caso dos autos, ficou demonstrado que os serviços de "home care" prestados pela empresa Saúde Residência não vinham sendo prestados de maneira eficiente, tanto que levou os agravados a formularem denúncia perante o CREMEPE dando conta de possíveis condutas tidas como negligentes da referida empresa. Por fim, vale dizer que, em pesquisa realizada no sítio eletrônico da empresa que substitui à segunda demandada, ou seja, Hospital Especial Domiciliar – Especial Home Care, consta na sua rede de conveniados a ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda (<http://hospitalespecial.com.br/>)."

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, tenho-na como inconsistente e persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão impugnada. Atente-se que a recorrente não trouxe qualquer elemento novo capaz de ensejar nova discussão a respeito do tema.

A decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator